

Eric Sabourin - Stéphane Guéneau
Julianna Colonna - Luiz Raimundo Tadeu da Silva
Organizadores

Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais



CAPÍTULO 7

DISSONÂNCIAS NO ESTADO DO PARÁ ENTRE A INEXISTÊNCIA DA PEAPO E A TRAJETÓRIA RICA DA AGROECOLOGIA

William Santos de Assis

Marc Piraux

Hueliton Pereira Azevedo

Introdução

No país, muitos estados implementaram suas Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOs) com níveis de institucionalização bastante diferentes (GUÉNEAU et al., 2019). Este texto trata da trajetória da agroecologia frente à inexistência de uma política pública específica. Em particular, queremos explicar por que, diferente de outros estados brasileiros, há um grau de institucionalização da agroecologia ainda muito frágil a nível do estado, enquanto existe um grande número de experiências em várias regiões do Pará. Mostraremos que essa situação se deve, em parte, ao não envolvimento do governo estadual na criação de instrumentos eficientes de políticas de promoção da agroecologia e da dificuldade dos movimentos sociais formarem coalizões fortes o suficiente para influenciar o conteúdo desses instrumentos.

Havia de fato forças políticas desfavoráveis ao tema da agroecologia no governo Jatene do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) durante seus dois mandatos (2011 a 2018). Esses governos favoreceram a categoria empresarial, principalmente o setor das agroindústrias, a partir de políticas de fomento a grandes cadeias de produtos agrícolas, como se verifica no Programa Pará 2030. Esse programa considerou ao menos o setor da produção orgânica como um dos novos mercados interessantes visto a demanda de consumo crescente. Este fator contribuiu para a demora na criação de espaços de discussão em torno da temática agroecológica na esfera estadual. O primeiro espaço criado foi a Comissão de Produção Orgânica (CPOrg), porém sua criação foi acionada pela esfera federal e voltada especificamente para a produção orgânica. Dentre as atribuições formais da CPOrg a única que se refere explicitamente à produção agroecológica é a que estabelece que a CPOrg deve subsidiar a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

(CNAPO), Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Um segundo elemento que explica a inexistência de uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) está ligado à dificuldade de mobilização da sociedade civil no sentido de uma unidade de forma coesa em torno da pauta agroecológica, apesar de uma grande diversidade de experiências. Este processo traduz uma trajetória rica da agroecologia na sua dimensão prática e técnica, mas muito frágil do ponto de vista político. Devido à importância desta trajetória de institucionalização da agroecologia e da produção orgânica no estado, para a compreensão da situação atual, um destaque específico está sendo dado a esta análise da trajetória na primeira parte do texto, onde se procurou dar conta das especificidades dos processos neste estado e dos desdobramentos atuais na escala estadual. O texto não pretende realizar uma análise exaustiva dos processos, porém levanta os aspectos identificados como centrais para compreendê-los. A segunda parte do texto focaliza-se sobre o processo de mobilização dos atores a favor da criação da PEAPO, que começou no final de 2018, devido à realização do Seminário Regional de Agroecologia (região Amazônica) da PNAPO.

Sobre a trajetória da agroecologia no Pará, uma pesquisa de caráter qualitativo (FLICK, 2008), foi realizada entre os meses de abril e outubro de 2018, onde foram entrevistados 17 atores chaves. As entrevistas foram feitas com o uso de perguntas abertas, procurando compreender as especificidades de cada situação. Estas entrevistas compõem os dados primários utilizados na construção da análise. Além dessas entrevistas realizadas diretamente para esse texto, tivemos acesso a mais seis entrevistas sobre a história e a trajetória das ideias de agroecologia no Pará, realizadas por pesquisadores parceiros do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará, *Campus* de Castanhal (IFPA-*Campus* de Castanhal).

O uso da pesquisa documental permitiu acessar dados secundários, a partir de publicações científicas, documentos oficiais e relatórios técnicos. Foram coletados dados oficiais de natureza quantitativa sobre as políticas públicas de âmbito nacional que incidem no estado. Esses dados foram obtidos em *sites* oficiais de instituições como Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros.

Para a análise da institucionalização da agroecologia e da proposta de uma PEAPO, foi usada a matriz de análise apresentada no capítulo introdutivo deste livro, assim como o quadro da ação pública dos autores Lascoumes e Le Galès (2012).

A riqueza da trajetória da institucionalização da agroecologia e a fragilidade da ação pública

Nesta seção, descrevemos a trajetória estadual de institucionalização da agroecologia (IA) a partir da identificação de quatro fases situadas entre as décadas de 1980 a 2019. Procura-se com esta análise histórica revelar fatores condicionantes dos desafios enfrentados no âmbito da ação pública.

O surgimento das ideias agroecológicas no estado (meados de 1980 a 1990)

É possível reconhecer as ideias agroecológicas no Pará a partir do tema das agriculturas alternativas em meados da década de 1980. Isso mostra que estas ideias demoraram a chegar no estado, visto que emergiram há mais de uma década após seu surgimento e circulação nos debates em nível nacional. No contexto nacional, a influência teórica de profissionais críticos ao processo de modernização da agricultura teve papel importante, como foi o caso com Ana Maria Primavesi e José Antônio Lutzemberg (SILVA; GOMES, 2014). No estado do Pará, as ações de instituições eclesiais, universidades e representação de agricultores e técnicos foram relevantes.

No caso das instituições eclesiais, destacaram-se a igreja Luterana e a Católica (SILVA; GOMES, 2014). A igreja Luterana contribuiu na implementação de projetos para o plantio de culturas agrícolas consorciadas e na diversificação da produção em municípios afetados por megaprojetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). A igreja Católica contribuiu, por meio da Ação Católica (AC), na criação de espaços sociais de aprendizagem (PETERSEN, 2011) com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As CEBs promoveram a formação de lideranças, sensibilização sobre as questões ambientais (ALMEIDA, 2011), emergência e fortalecimento de organizações sociais mais amplas – como os sindicatos (ASSIS, 2007) e a ressignificação de organizações conservadoras como as Colônias de Pescadores. Desta forma, a igreja Luterana contribuiu principalmente na criação de experiências de natureza técnico-produtiva e a igreja Católica em ações de natureza sociopolítica. No caso das universidades, destacou-se o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) criado inicialmente como um projeto vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta experiência caracterizou-se por uma rede constituída por equipes multidisciplinares abrangendo os municípios de Marabá, Altamira e Belém (SCALABRIN; ARAGÃO, 2018). Suas atividades tiveram início em 1988 e perduraram até o ano 2000 (ALMEIDA, 2011). A experiência do CAT foi importante por sua inovação em articular a ação das organizações sociais com o trabalho de acadêmicos em processos organizacionais (ALMEIDA, 2011), em aspectos ecológico-produtivos, na contestação de

intervenções modernizadoras e em novas abordagens teóricas, como a abordagem sistêmica (SILVA, Ex-integrante do CAT, 2018).

As agriculturas alternativas foram também promovidas por técnicos de instituições públicas articulados com organizações sociais em meados da década de 1980. Uma experiência relevante foi o caso da comunidade de Uraim, no município de Paragominas, onde houve incentivo ao consórcio de espécies frutíferas, seringueira e pimenta do reino por meio de um técnico da Secretaria de Agricultura do Estado (SAGRI) em articulação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Paragominas (SOUSA, ex-integrante do Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia – GTNA¹, 2014). A experiência de Uraim foi apoiada pela cooperação internacional² e foi exitosa, tornando-se inspiração para outras ações em comunidades de Paragominas. A situação de instabilidade fundiária desta época implicava na preferência dos agricultores por cultivos anuais pois não havia perspectiva de permanência no lote (SILVA, ex-integrante do CAT, 2018). Por isso, na década de 1980, os arranjos com culturas perenes, a exemplo dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), não se expandiram de forma expressiva no estado, implicando na preferência por consórcios³ (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2014). A atuação dos técnicos ocorreu de forma isolada no interior do estado, contribuindo com ações localizadas.

A maioria das experiências ocorreu de forma localizada, embora se observem algumas ações intermunicipais. A cooperação internacional, teve um papel importante na criação destas iniciativas por meio do apoio a projetos produtivos (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2014). A partir desse período essas ideias ganharam maior amplitude devido à ação das ONG's (Organizações Não Governamentais), período em que emerge no estado o uso do termo Agroecologia.

O período das ONG's (1990 a 2000)

Entre os anos de 1990 a 2000, as Organizações Não Governamentais (ONGs) mudaram de estratégia, introduziram o uso do termo agroecologia e tiveram papel relevante na disseminação das ideias agroecológicas no Pará. De fato, antes da década de 1990, havia um contexto estadual em que a agenda das

1 Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia. ONG que atuou na Amazônia no período entre 1993 a 2012.

2 A partir do exemplo de Uraim instituições internacionais aportaram apoio para atividades em Paragominas a partir de um projeto ligado ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, entre elas o Fundo Canadense para Pequenos Projetos, A Fundação FORD e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

3 Tecnicamente a diferença entre consórcios e SAFs é que no primeiro a complexidade é menor (em geral duas espécies) e raramente o componente arbóreo está presente.

organizações dos agricultores estava voltada para a regularização fundiária, o acesso ao crédito e o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural (SILVA, ex-integrante do CAT, 2018). As ideias agroecológicas não foram então assumidas como bandeira de luta pelos movimentos sociais (SILVA, ex-integrante do CAT, 2018). No contexto nacional ocorreu o fortalecimento das questões ambientais devido à morte de Chico Mendes em 1988 (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2014) e a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro (SILVA; GOMES, 2014). A questão socioambiental começa a ganhar força e importância no debate nacional e se traduziu no estado do Para com o projeto PRORENDA⁴ com o apoio da German Technical Cooperation (GTZ).

Surge então o Grupo de Trabalho Novas Propostas para a Agroecologia na Amazônia (GTNA)⁵ no ano de 1993 (GTNA, 2004). Esta organização foi constituída a partir de uma assessoria e contribuição financeira de uma instituição alemã chamada de Pão para o Mundo (PPM) da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e um grupo de técnicos e técnicas atuando em vários estados da Amazônia Legal (Pará, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso). Os integrantes do GTNA tinham graus variados de aproximação com as ideias das agriculturas de base ecológica (SILVA; GOMES, 2014). É provável que o termo agroecologia tenha começado a ser utilizado no estado do Pará e na Amazônia de forma geral por causa do trabalho do GTNA, representando o principal marco de surgimento destas ideias (Idem).

O GTNA foi a primeira articulação que procurou construir uma ação em rede a partir do trabalho dos assessores (BAS)⁶, da criação de experiências com a Rede de Informações Agroecológicas na Amazônia (RIAA) e a Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia – RIMEA (GTNA, 2004). Além disso, contribuiu para uma sintonia maior das ações em andamento no estado com as ações nacionais através da mobilização para o I Encontro Nacional de Agroecologia – ENA (GTNA, 2004).

Entre os integrantes do GTNA não havia um conceito bem definido de agroecologia, por isso o trabalho desta ONG orientava-se mais por princípios agroecológicos como diversificação da produção, participação, diálogo de saberes, entre outros (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2018), e suas iniciativas buscavam dar visibilidade às alternativas de produção sustentável

4 O PRORENDA foi um projeto do Governo do estado do Pará, coordenado pela Secretaria de Agricultura (SAGRI) com a cooperação técnica do Governo da República Federal da Alemanha, através da GFA/GTZ, e estava vinculado ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7) (NASCIMENTO, 2009, p. 63-64).

5 Que depois veio a assumir o nome de apenas Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia.

6 Tratava-se de um banco de dados de assessores técnicos e agricultores experimentadores aptos a desenvolverem propostas de capacitação para outros técnicos e agricultores.

com a utilização de metodologias como sistematizações de experiências (GTNA, 2004), favorecendo os processos metodológicos (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2018).

Além do GTNA, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) realizou trabalhos de fortalecimento das organizações dos agricultores, criando três Centros de Tecnologias Alternativas (CTA's) no Pará (BEZERRA, FASE/PA, 2018). Mesmo com a criação destes centros, o tema das agriculturas alternativas não experimentou amplitude tão significativa no Pará, em função destes CTA's terem assumido atuação localizada. Provavelmente, isso foi motivado pela agenda das organizações dos agricultores que estava focada em regularização fundiária, acesso a crédito e ATER e as discussões sobre os arranjos produtivos não eram vistas como relevantes.

Um marco importante em toda a década de 1990 foi a sucessão dos “Gritos da Terra” realizados pelas organizações dos agricultores. As primeiras reivindicações deste repertório de ação coletiva (TILLY, 1978) eram a denúncia e a punição aos culpados pela violência no campo e a desburocratização do Fundo Constitucional do Norte (FNO). O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) foi conquistado através dos diversos “Gritos da Terra” realizados no estado durante a década de 1990, mas passa a ser implementado como política pública a partir do Plano Plurianual (PPA) de 2004 (HIRATA, 2006) e encerra suas operações em 2007. Para este autor, esta política foi inovadora por congrega o pagamento por serviços socioambientais, o crédito produtivo e a Assistência Técnica e Extensão Rural para apoiar a agricultura familiar. Existia também uma presença marcante das organizações sociais na implementação desta política. O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) foi importante pelo fato de ter representado a primeira aproximação das ideias e práticas agroecológicas nas políticas públicas no estado do Pará.

Embora se verifique a convergência na ação das organizações sociais e das ONG's para a questão ambiental, as ideias agroecológicas não estabeleceram consonância com alguns trabalhos realizados pelas organizações de base no estado do Pará no início de seu surgimento (AMARAL, ex-integrante do GTNA, 2014). Isso implicou na dificuldade de atores, como os agroextrativistas, de identificar coerência entre as ideias agroecológicas e suas lógicas produtivas. Este fato teve implicação na demora dos movimentos e demais organizações sociais do campo em assumirem a temática agroecológica em suas ações.

A ação das ONG's de promoção da agroecologia durante a década de 1990 foi apoiada por financiamentos da cooperação internacional⁷ (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2014). Após esta década, os recursos reduziram drasticamente, implicando em um processo de crise das ONG's (SILVA; GOMES, 2014). A década de 1990 representou um período de conquista de políticas públicas com princípios alinhados às ideias agroecológicas.

O surgimento de políticas públicas de promoção da agroecologia no Pará (2000 a 2010)

Um marco importante no avanço das ideias agroecológicas no contexto estadual tem a ver com o momento em que a sociedade civil e os movimentos sociais do estado internalizam o conceito de agroecologia em suas ações. As ideias agroecológicas foram incorporadas pelos movimentos principalmente no início da década de 2000 (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2018). Esta “emergência tardia” (SILVA; GOMES, 2014) é um dos fenômenos que dificultou um movimento político no sentido de pressionar o estado para a implementação de uma política pública estadual de agroecologia. Neste período (2000-2010), além do fortalecimento das ideias agroecológicas nas organizações sociais, observa-se sua internalização em ações de pesquisa, ensino, programas governamentais federais como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), políticas territoriais e políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER).

No âmbito das organizações sociais, a partir do final da década de 1990, vem ocorrendo uma aproximação gradativa entre um número cada vez mais amplo de atores em relação às ideias agroecológicas. Além do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizado em Recife no ano de 2002, outros fatores influenciaram na incorporação das ideias agroecológicas pelas organizações sociais. Nesse sentido, o ambiente agrário no período pós-massacre de Eldorado dos Carajás (que ocorreu em 1996) exigiu a construção de ações voltadas para a complexificação dos sistemas de produção devido à mudança do projeto de vida das famílias para a permanência no lote. Além disso, o enfrentamento ao modelo produtivista de agricultura passou a ser visto pelos movimentos sociais paraenses como uma bandeira de luta (SILVA; GOMES, 2014).

Somado a estes fatores, também tiveram importante influência o aumento crescente do debate sobre alimentação saudável, a existência de

7 Apesar do apoio de outras instituições o maior volume de recursos veio da Brot für die Welt (Pão Para o Mundo), de origem alemã.

experiências produtivas convencionais malsucedidas em assentamentos e a influência dos debates nacionais sobre Agroecologia (SOUSA, ex-integrante do GTNA, 2018). Nesse contexto, alguns movimentos que tinham distanciamento em relação às ideias agroecológicas (por terem dificuldades de estabelecer consonância entre o conceito de Agroecologia em suas ações) passaram a assumir o tema da Agroecologia, como é o caso do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS (SILVA; GOMES, 2014). Estes fatores, no seu conjunto criaram as condições para a incorporação das ideias agroecológicas no âmbito de diversas organizações sociais do campo no estado do Pará.

A partir dos anos 2000, as ideias agroecológicas avançaram no âmbito das instituições de pesquisa e extensão. De fato, a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no ano de 2003, contribuiu na institucionalização do tema da Agroecologia nas instituições de pesquisa. A Embrapa recebeu forte influência por ter ficado responsável pela implementação de vários itens desta política (SÁ, pesquisadora da Embrapa, 2018). Além das ações da PNATER, as principais iniciativas dentro da Embrapa foram: a elaboração do Marco Referencial em Agroecologia (que possibilitou a abertura para a institucionalização das ideias agroecológicas), a formulação do projeto Tipitamba (voltado para a construção de alternativas ao uso do fogo) e o projeto “Transição Agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade” que busca apoiar processos de transição para agricultura sustentável (KATO, Embrapa, 2014).

Além das instituições de pesquisa, as ideias agroecológicas foram fortalecidas nas instituições de ensino. O movimento da Educação do Campo teve um papel importante (SILVA, NEA-UFPA Belém, 2018). Entre as experiências concretas estão as Casas Familiares Rurais (CFR's), que ampliaram os cursos de Agroecologia principalmente no final da década de 2000 (VASCONCELOS, 2018). No período de 2000 a 2018 foram criados quatorze cursos completos (aqueles que possuem o nome de Agroecologia), cinco disciplinas (em cursos técnicos, de graduação e de Pós-Graduação), seis cursos com as ideias agroecológicas transversais aos eixos norteadores do currículo, dois cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e uma linha de pesquisa em nível de mestrado. Isso mostra que as ideias agroecológicas estão presentes desde níveis de ensino de Formação Inicial e Continuada (FIC) até cursos de Pós-Graduação e uma dinâmica de crescente incorporação nas instituições de ensino.

Entre os anos de 2004 e 2006, surgiu a primeira ação governamental de promoção da Agroecologia de abrangência estadual. A ação foi coordenada por Gilberta Souto, a partir de um convite do governo do estado para assumir a Diretoria Técnica da EMATER-PA. Durante este período foram realizadas ações de formação, intercâmbios no interior do estado e em experiências de outras unidades federativas, seminários estaduais, entre outras iniciativas

(SOUTO, ex-diretora técnica, 2018). A principal estratégia era qualificar os quadros da instituição e favorecer relações mais horizontais com os agricultores, assim como discutir sobre sistemas sustentáveis de produção com base nos referenciais da Agroecologia (SOUTO, ex-diretora técnica, 2018).

As ações foram principalmente influenciadas pela relação construída com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foi a ação de formação mais ampla já realizada pela EMATER no estado envolvendo todas as suas regionais (RIBEIRO; EMATER, 2018), mas não se institucionalizou.

Entre os anos de 2007 e 2010, durante o mandato da governadora Ana Júlia Carepa, surgiram políticas estaduais de promoção da Agroecologia e de fortalecimento da produção orgânica. Neste período, o Estado apoiou o fortalecimento da política territorial, favorecendo as ideias agroecológicas. No estado do Pará foram criados oito territórios e construídos os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS). Em todos estes planos verifica-se a referência explícita ou implícita às ideias agroecológicas (RODRIGUES, 2019). As ideias agroecológicas são amplas, envolvendo aspectos ecológico-produtivos, educacionais, tecnológicos, entre outros e sua mobilização diferencia-se em cada território de acordo com as particularidades da dinâmica das mesorregiões.

A entrada das ideias agroecológicas nos planos e nos debates que ocorreram, mostra que elas orientaram um conjunto de iniciativas no âmbito da política territorial no estado do Pará; esta foi, portanto, uma política que favoreceu a agroecologia no estado do Pará. Esse conjunto de políticas cessaram após o início do mandato do governador Simão Jatene a partir do ano de 2011. Além da política dos territórios, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública do estado do Pará (PROATER) favoreceu as ideias agroecológicas no estado. Sua proposta tinha como objetivo integrar as ações de ATER estaduais com a Política Nacional (PNATER) e assumia os princípios agroecológicos como orientação conceitual transversal às ações propostas (PROATER, 2005). O *papel educativo* da extensão rural, o princípio da *participação* e as práticas *endógenas* são ideias que aparecem com destaque na formulação deste programa. Durante o governo Ana Júlia (2006-2010) ganhou relevância a percepção de que a EMATER-PA estava atuando demasiadamente na aplicação do crédito bancário e as ações de extensão rural tinham ficado em um segundo plano (LIMA, ex-presidente da EMATER, 2018). Por isso, foram fortalecidas ações de *construção participativa* da ação dos Escritórios Locais (ESLOC) em cada município e de melhorias de infraestrutura e equipamentos (idem). Porém, as ações demoraram a ocorrer e não tiveram resultados significativos (RIBEIRO; EMATER, 2018).

Com o fim do governo Ana Júlia, no fim de 2010, o apoio do governo estadual aos territórios e às políticas de apoio à agricultura familiar cessaram. Esta realidade pode ser verificada por fatores como o fortalecimento de

cadeias produtivas longas de comercialização previstas no programa Pará 2030 (PEREIRA, ex-secretário de agricultura, 2018) e pelo favorecimento de lógicas agroindustriais de produção (OLIVEIRA, ex-integrante do Pará Rural, 2018). Portanto, o fim do mandato de Ana Julia representou o fim de um ciclo de políticas a favor da Agroecologia no Pará.

A influência fortalecedora de políticas nacionais na política do estado do Pará (2010 a 2019)

Verificou-se que nos três volumes do Plano Plurianual (PPA) do estado, referente ao período de 2016 a 2019, não foi feita nenhuma menção ao termo Agroecologia. Outro indicador importante é a atual ausência de políticas estruturantes para a agricultura familiar. O apoio à agricultura familiar ocorre apenas de forma pontual (RODRIGUES, SEDAP/PA, 2018). Essa situação revela que, embora a temática agroecológica tenha incidido em políticas públicas no Pará, não houve institucionalização suficiente e o cenário atual é de esvaziamento de políticas de promoção. Por outro lado, as políticas nacionais de promoção da agroecologia tiveram um papel importante na disseminação das ideias agroecológicas no estado a partir do ano de 2010. Neste ano ocorreu a constituição dos primeiros Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEA's (SOUSA, NEA Castanhal, 2018).

No ano de 2012 surge a Política Nacional de Agroecologia (PNAPO). No ano seguinte é formulado o primeiro Plano Nacional de Agroecologia (PLANAPO) para implementação de 2013 a 2015. A partir do ano de 2016 é elaborado/atualizado o segundo PLANAPO para implementação de 2016 a 2019. Além deste contexto de emergências de políticas nacionais de Agroecologia e produção orgânica, novos temas ligados à Agroecologia ganharam relevância no estado, como é o caso da luta contra os agrotóxicos.

Os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA's) surgiram no estado a partir de uma carta convite do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e se ampliaram por meio de novos editais. Estes núcleos realizam uma diversidade de ações envolvendo cursos, intercâmbios, palestras, entre outros. Uma de suas principais contribuições tem sido a capacidade de articular as ações de ensino, pesquisa e extensão (SOUSA, NEA Castanhal, 2018). Atualmente existem 24 grupos de pesquisa, porém a partir de 2016, no período pós-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, houve redução na criação de novos grupos de pesquisa em agroecologia, devido às dificuldades de recursos estruturantes para fortalecimento das experiências já existentes e para a criação de novos grupos. Algumas experiências voltaram para uma situação de isolamento, vivenciadas em décadas anteriores, no interior de suas instituições (SÁ, Pesquisadora da Embrapa, 2018).

Entre as políticas nacionais de promoção da agroecologia presentes no Pará estão as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nas modalidades PRONAF Agroecologia, o PRONAF Florestas e o PRONAF Eco. O PRONAF Agroecologia foi criado na safra de 2003-2004 com a finalidade de apoiar iniciativas agroecológicas e agricultores em transição (BASA, 2018). Foram realizados apenas dois contratos entre os anos de 2013 e 2018 e começam a partir do ano de 2016, mais de dez anos após seu surgimento a nível nacional (BCB, 2018). A linha de crédito do PRONAF Eco foi criada em 2007 com a finalidade de apoiar energia renovável e sustentabilidade ambiental (BASA, 2018). Foram realizados 309 contratos entre os anos de 2003 e 2018 (BCB, 2018). O PRONAF Floresta foi criado em 2002 (BASA, 2018). Foram realizados 4.815 contratos entre os anos de 2015 e 2018. O maior volume de contratos percebidos nesta linha de financiamento resulta do avanço dos sistemas agroflorestais no estado. Na implementação de todas estas linhas de crédito verificam-se duas regularidades. A primeira é o fato das operações de crédito no Pará começarem sempre anos depois de já estarem em curso no âmbito nacional, sugerindo desfavorecimento do estado em relação ao acesso a políticas públicas nacionais a favor da Agroecologia (SILVA, ex-integrante do CAT, 2018). A segunda é a tendência de redução do volume de investimentos em todas as linhas de créditos analisadas. Isso resulta do contexto nacional de redução dos investimentos após a entrada do governo de Michel Temer.

O Programa ECOFORTE de apoio as redes de gestão de conhecimento agroecológico, contribuiu no financiamento de um projeto territorial de uma rede de Agroecologia e de um projeto no nível municipal. De acordo com ECOFORTE (2019), a entidade proponente do projeto de abrangência territorial foi o Polo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (POLOPROBIO). O projeto no nível municipal foi o “Maré Alta” da Associação dos Meliponicultores de Curuçá (ASMELC) no ano de 2014, por meio do edital ECOFORTE Extrativismo. As experiências de acesso ao Programa ECOFORTE são positivas em termos de resultados alcançados pelos projetos apoiados. Porém, a quantidade de experiências contempladas no estado ainda é pequena, já que foram apenas duas até hoje.

Outra política pública nacional importante no Pará é aquela dos mercados institucionais, que funcionou por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os investimentos do PNAE passaram por estabilização no ano de 2010 e seguiram em queda crescente nos anos seguintes. Mesmo com a redução das operações, este programa promoveu efeitos agroecológicos (GARRIDO, 2011) como a diversificação da produção (NAVEGANTES, pesquisadora do PNAE na

UFPA, Informação pessoal, 2018). Desta forma, embora não sejam praticados preços diferenciados para produtos agroecológicos ou orgânicos, esta política possui efeitos alinhados à perspectiva agroecológica de produção. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) realiza também operações de compra de alimentos, mas os investimentos possuem tendência de redução resultante dos cortes feitos pelo governo de Michel Temer, após o ano de 2016. O PAA tem papel importante no fortalecimento da agricultura orgânica no Pará pelo fato dos produtos orgânicos possuírem valor diferenciado na tabela de preços deste programa (GUSMÃO, ex-integrante da CPORg, 2018). Esta é a única política identificada nesta pesquisa que possui ação de promoção da agricultura orgânica, que se dá através da diferenciação de preços. As demais políticas existentes são voltadas para a regulamentação.

Do ponto de vista da sociedade civil, em 2015, ocorreu o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) na cidade de Belém e que tinha como um de seus principais objetivos o favorecimento de maior articulação das organizações estaduais em torno da temática agroecológica (ASSIS, ABA – Agroecologia, 2014). Além do CBA, foi realizado o IV Encontro Regional de Agroecologia (ERA) no município de Abaetetuba no ano de 2018, com um conjunto de objetivos, entre os quais figurava a articulação estadual entre as organizações. Portanto, embora não se observe atualmente uma articulação efetiva das organizações no nível estadual, em relação a temática agroecológica, já ocorreram iniciativas com este propósito.

O tema da alimentação saudável ganhou relevância no Pará nos últimos anos, em particular com relação ao uso dos agrotóxicos. Existem dois espaços de discussão sobre esta problemática. O primeiro é o Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos, que surgiu em 2014 (BEZERRA, FASE/PA, 2018) e o segundo é o Comitê Paraense da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, que no estado do Pará, iniciou suas atividades no ano de 2017 (BEZERRA, FASE/PA, 2018). No fórum foi instalada uma Câmara Temática de Agroecologia e Produção orgânica com participação do Ministério Público do Pará (MP-PA), de organizações da sociedade civil e empresariais (idem). Este fórum tem contribuído na organização de audiências públicas, verificação de denúncias das comunidades, entre outros. No comitê participam estudantes, professores, pesquisadores e representantes de ONG's.

Em que pese a semelhança temática, estes espaços de discussão diferem em suas proposições. O fórum tem o objetivo de *combater os impactos* dos agrotóxicos, sem necessariamente eliminar seu uso, já o comitê visa fazer campanha *contra* os agrotóxicos, com a finalidade de informar a sociedade

sobre seus riscos e defender a Agroecologia como alternativa (BEZERRA, FASE/PA, 2018). O comitê surgiu no Pará, como um espaço paralelo ao fórum estadual, devido à constatação das organizações da sociedade civil de que o fórum estava desempenhando papel de legitimação de ações favoráveis a permanência do uso de agrotóxicos. Como resultado destes espaços de discussão foi formulado e aprovado um projeto de lei estadual, apresentado pelo deputado Carlos Bordalo (PT), que instituiu a última semana do mês de abril de 2019 (denominada semana verde) para a promoção da saúde e segurança do trabalhador, com atenção privilegiada aos trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos (ALEPA, 2019). Embora já tenha sido aprovada, a lei ainda não foi sancionada pelo governador.

Assim, e apesar dessas propostas, podemos afirmar que no estado do Pará prevalece a situação de fragilidade da ação pública de promoção da Agroecologia. Nos últimos anos da trajetória de incorporação das ideias agroecológicas não ocorreu abertura de uma janela de oportunidade (KINGDON, 2003) que possibilitasse a entrada do tema da Agroecologia na agenda governamental de forma mais permanente. As políticas de agroecologia presentes no estado são originadas diretamente do âmbito nacional. Isso não significa a ausência de numerosas experiências locais mais ou menos institucionalizadas segundo o caso.

Agricultura orgânica e agroecologia: ausência de uma PEAPO no Pará

Existem duas trajetórias de produção ecológica no estado do Pará. A primeira de produção orgânica, caracteriza-se pela produção via a substituição de insumos, realizadas por agricultores vinculados as organizações de controle Social (OCS) que são vistoriadas e apoiadas pela Comissão da Produção Orgânica do Pará – CPORG-PA. Nas OCS's, o trabalho principal é a construção de feiras orgânicas e grupos de consumo para a venda direta, concentradas principalmente na região metropolitana do estado (GUSMÃO, Ex-integrante da CPORG, 2018). A segunda trajetória de produção ecológica é a atividade extrativista das comunidades tradicionais onde os produtos orgânicos são mobilizados por cadeias longas de comercialização voltadas principalmente para o mercado internacional da indústria de cosméticos e certificados por empresas que controlam a produção (GUSMÃO, Ex-integrante da CPORG, 2018). O estado do Pará destaca-se com a segunda maior extensão de área de produção orgânica do País e concentra a maioria absoluta de produtores orgânicos certificados (KATO, Pesquisador da Embrapa, 2018). Como as políticas existentes são voltadas quase que totalmente para a regulamentação

da comercialização e essas são muito exigentes, os agricultores familiares enfrentam muitas barreiras para inserir seus produtos em determinados mercados. Soma-se a isto a escassez de incentivos como, por exemplo, linhas de crédito específicas para a produção orgânica (GUSMÃO, Ex-integrante da CPORG, 2018). A CPOrg iniciou assim suas ações estimulando a produção e comercialização de orgânicos com implicações positivas no avanço das organizações de produtores orgânicos.

Os atores envolvidos com a produção orgânica diferem em alguns aspectos daqueles envolvidos com a proposta agroecológica. Podem ser também observadas tensões decorrentes destas diferenças. Nesse sentido, a produção orgânica é mais promovida por ação governamental enquanto a agroecologia é mais alinhada aos movimentos sociais e com visão mais integrada aos processos socioecológicos. Além disso, a produção orgânica é mais programática devido à mobilização de repertórios padronizados e empreendedores. As tensões ocorrem na forma de relação destes atores com os mercados, visto que na agroecologia defendem-se sistemas agroalimentares alternativos fundados na produção e distribuição de alimentos saudáveis acessíveis para toda sociedade, distanciando-se da agricultura orgânica que defende alimentos saudáveis, sem forte preocupação em estar acessível para toda a sociedade, vinculando-se desta forma a nichos específicos de mercado limitados a setores capazes de pagar mais pelo alimento orgânico.

O principal espaço de discussão entre governo e sociedade civil para agroecologia foi o seminário regional de agroecologia (Região Amazônica) da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Este evento foi promovido pela Secretaria Nacional de Articulação Social, do Governo Federal, em parceria com o Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP). Ele aconteceu no mês de dezembro de 2017. Os encaminhamentos mais importantes deste seminário foram as propostas de formulação de Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) e a criação de uma câmara técnica de agroecologia e produção no conselho estadual de desenvolvimento rural sustentável (KNEZ et al., 2018).

O Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Amazônia Oriental (Embrapa-Amazônia Oriental), com apoio do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) do Instituto de Federal do Pará Campus Castanhal (IFPA-Castanhal) e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Pará (FETAGRI-Pará) criaram um grupo de trabalho para dinamizar o processo de formulação de uma proposta de política estadual

(SOUSA, NEA Castanhal, 2018). Além disso, foi proposto um conjunto de iniciativas de promoção da agroecologia e produção orgânica envolvendo processos de formação, campanhas de conscientização, formas de geração de energia limpa, entre outras. Porém, como vimos antes, estes grupos de interesse estão desarticulados ao nível estadual, realizando ações isoladas, com incidência ainda fraca na reivindicação de políticas públicas estaduais. É o caso de Rede Jirau de Agroecologia, da Rede Bragantina de Economia Solidária e dos NEA's. Então, até meados de junho de 2019, a iniciativa de construção da política estadual não avançou.

No espaço recentemente institucionalizado para discutir agroecologia e produção orgânica se verifica distinção entre grupos com interesses diferenciados, assim como de mediadores. O espaço de discussão identificado é a Câmara Técnica da Agroecologia, Produtos Orgânicos, Comercialização e da Sociobiodiversidade – CTAPOS, criada em 2018. Esta câmara é constituída pelas seguintes instituições: Embrapa, UFPA, CNS, Fetagri, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), rede ATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Central de Abastecimento do Estado do Pará (CEASA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará (OCB-PA), Conab, Sedap, Delegacia Federal de Agricultura do Pará (DFDA-PA) e CPORG. Há também a possibilidade de serem convidadas instituições da sociedade civil como: ONG FASE, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Camponês Popular (MCP) e rede Jirau. Os grupos de interesse podem ser diferenciados entre a agroecologia tipo “ecologização” do agronegócio, de um lado, e da agroecologia mais política dos movimentos sociais, de outro. A composição desses dois grupos é a seguinte: i) o grupo ecologização do agronegócio é constituído por CEASA, OCB-PA, Conab, Sedap, DF-PA, CPOrg e; ii) o grupo da agroecologia mais política é composto por Embrapa, UFPA, CNS, Fetagri, MST, Malungu, rede ATER e EMATER. Existem intermediários entre os dois grupos como a EMATER, a Sedap e pessoas específicas do CEDRS. Devido ao período curto de sua institucionalização os resultados deste espaço ainda não são percebidos. Pelo menos, até junho de 2019, esta divergência se faz pelo menos sem oposição forte entre os grupos.

Como não houve institucionalização da política pública de agroecologia e produção orgânica a delimitação da análise não incorporou alguns elementos da matriz interpretativa comum deste livro. Nesse sentido, não foram analisados os atores-chaves na implementação da PEAPO (pós-institucionalização), o modelo de governança/gestão da política e os instrumentos desenvolvidos.

Portanto, essa delimitação resulta da aplicação coerente da matriz interpretativa com as particularidades da trajetória de institucionalização da agroecologia e produção orgânica no estado Pará.

Considerações finais

No Pará, a trajetória de institucionalização da agroecologia e produção orgânica se traduziu no atual contraste entre a riqueza de experiências históricas e atuais em relação à fragilidade no âmbito da ação pública. As ideias agroecológicas surgem no estado, em meados de 1980, por meio das agriculturas alternativas, uma década depois de estar em circulação no nível nacional. A ação das ONGs na década de 1990 influenciou na entrada de pessoas alinhadas à agroecologia em instituições como a EMATER, a UFPA, nos atuais IF's e a Embrapa. Na década de 2000 os movimentos sociais assumem a agroecologia como temática estratégica, emergindo de forma tardia em relação aos estados do Sul do País, principalmente em função de alguns movimentos encontrarem pouca consonância com a agroecologia. Destacamos assim, ao longo da sua trajetória no estado, a fraqueza da ação pública, apesar de momentos políticos específicos, como foi o caso no governo Julia (2006-2010). No período de 2010 a 2016, a conjuntura nacional de ampliação das políticas de promoção da agroecologia implicou em um *movimento de acesso* das organizações estaduais (públicas e da sociedade civil) para estas políticas. Por isso, as ações de reivindicação de políticas públicas estaduais não foram priorizadas.

Entre os desafios para o avanço das ideias agroecológicas no estado figura como relevante a necessidade de ação articulada em nível estadual entre as organizações alinhadas à agroecologia. Este aspecto é relevante por representar um fator limitador na reivindicação de políticas estaduais de agroecologia. Esse é um desafio que as organizações estão procurando enfrentar desde o ano de 2015 a partir da realização de eventos como congressos e seminários. A maior articulação das organizações também enfrenta dificuldades como a extensão do estado e as condições logísticas desafiadoras. Além disso, as diferenças regionais internas implicam em dinâmicas específicas e demandas diferenciadas.

Embora seja possível identificar avanços em termos de ação conjunta (como no caso da criação de redes territoriais), permanece a situação de distanciamento entre as organizações no nível estadual. Nesse sentido, existem grupos que realizam ações de promoção da agroecologia e agricultura orgânica no estado e têm interesse na construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica. Porém, estes grupos de interesse estão desarticulados no

nível estadual, realizando ações isoladas, com pouca incidência na reivindicação de políticas públicas.

Como resultado da trajetória histórica da institucionalização no Pará, a PEAPO ainda não está em construção em função de três fatores: 1) o frágil envolvimento/disposição do governo estadual do Jatene com esta temática; 2) a incipiente mobilização da sociedade civil; 3) instituições, como a CPORG, que tinham legitimidade para propor, não animou nenhum processo de construção do plano. Além disso, identificam-se visões contrastantes entre a produção orgânica, mais movida pela ação governamental com um conteúdo programático caracterizado por repertórios padronizados e empreendedores, enquanto a agroecologia é mais alinhada aos movimentos sociais e com uma visão integrada. Observa-se que entre a agroecologia e a agricultura orgânica, o tipo de produção, de agricultores, de mercados e consequentemente de visões são diferentes.

O posicionamento do atual governo (2019) ainda é incerto. Porém, o contexto de primeiro mandato sugere abertura a concessões para permanecer no poder, indicando maior sensibilidade do atual governo à construção da PEAPO em relação ao anterior. Além disso, o atual governador (MDB) possui uma trajetória populista, sugerindo postura mais flexível que a gestão passada. Essa postura se traduz em primeiro lugar pela manutenção do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e pela criação da CTAPOS. A elaboração da Política Estadual para Agroecologia e Produção Orgânica e da Sociobiodiversidade faz parte da agenda de trabalho da CTAPOS. No momento da finalização desse texto foi convocada uma reunião dessa comissão (Ofício Circ. Nº 08/2019 – CEDRS/PA/SEDAP) para elaboração da referida política. Além deste cenário interno do estado, a nova conjuntura de fragilização das políticas nacionais de agroecologia indica também o surgimento de um novo cenário, com movimentos tanto de acesso quanto de reivindicação na esfera estadual. Este processo mudaria o tipo de ação pública. De fato, quando ela funcionou nos ciclos políticos favoráveis, ela foi muito mais dirigida pelo estado com injunções fortes, por exemplo, no caso dos territórios da cidadania. A atuação forte dos movimentos sociais e a sua capacidade de atuar conjuntamente ao nível estadual prefiguraria uma ação pública realmente híbrida onde os movimentos sociais sejam capazes de intervir diretamente na construção de uma agenda política em favor da agroecologia.

REFERÊNCIAS

ALEPA, Assembleia Legislativa Paraense. **Deputado aprova projeto de lei para saúde e segurança do trabalhador**. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/Noticia/193145/deputado-aprova-projeto-de-lei-para-saude-e-seguranca-do-trabalhador>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ALMEIDA, L. L. **Sindicalistas e pesquisadores na região de marabá: uma análise do centro agroambiental do Tocantins (CAT)**. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

ASSIS, W. S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais do sudeste paraense**. 2007. Tese (Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BASA. **PRONAF – Agroecologia**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/agroecologia>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FBB. Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <<https://fbb.org.br/pt-br/component/k2/tag/ecoforte%20extrativismo>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora, 2008.

GARRIDO, F. G. Ecología política y agroecología: Marcos cognitivos y diseño institucional. **Agroecología**, v. 6, p. 21-28, 2011.

GTNA, Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia. **10 anos trabalhando pela Agroecologia**. BELÉM, 2004.

GUÉNEAU, S. et al. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 1, 2019, sob prelo.

HIRATA, M. F. Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural. **Agriculturas**, v. 3, n. 1, abr. 2006.

IDEFLOR-BIO. **Programa Pro-Saf**. Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/blog/project/projeto-prosaf-acara/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.

KNEZ, S.; SOUSA, S.; PENNA, T. **Relatório do Seminário Regional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Secretaria Nacional de Articulação Social. jun. de 2018.

LASCOUMES P.; LE GALES, P. **Sociologia da ação pública**, Maceió, Edufal, 2012.

NASCIMENTO, H. F. do. **Transição agroecológica: sonho ou realidade? Uma reflexão do Pólo Rio Capim do PROAMBIENTE**. 2009. Tese (Dissertação de Mestrado) – INEFA/UFPA, 2009.

NETO, P. S. F; SILVA, R. C. **Processo de construção da sustentabilidade em São Félix do Xingu-PA**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, 2014.

NOVAES, H. T. Qual autogestão? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 18, p. 70-95, 2008.

PETERSEN, P. F. **Metamorfosis agroecológica: Un ensayo sobre agroecología política**. 2011. Tese (Master en Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural) – Universidad Internacional de Andalucía, 2011.

PROATER. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública do Estado do Pará. Governo do Estado do Pará. Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA). Fevereiro de 2005.

RODRIGUEZ V. da C. **Ideias, Interesses e Institucionalizações: Propostas de fortalecimento da Agroecologia nos Territórios da Cidadania no Estado do Pará**. 2019. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SCALABRIN, R.; ARAGÃO, A. L. A. Curso de agronomia do campus universitário de marabá: diálogo na construção do conhecimento. **Terceira Margem Amazônia**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=CURSO+DE+AGRONOMIA+DO+CAMPUS+UNIVERSIT%C3%81RIO+DE+MARAB%C3%81%3A+DI%C3%81LOGO+NA+CONSTRU%C3%87%C3%83O+DO+CONHECIMENTO&btnG=>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SILVA, F. S.; GOMES, R. C. **A construção social da agroecologia na Amazônia: um olhar sobre a realidade paraense**. 2014. Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TACC de Agronomia) – IFPA, Campus Castanhal, 2014.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

VASCONCELOS, T. **Conselho de educação recebe casas familiares rurais**. Disponível em: <<http://www.cee.pa.gov.br/?q=node/482>>. Acesso em: 20 jul. 2018.